

RELEVÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Janaína Lopes do Nascimento Duarte¹

Fernanda Hermínio Trajano de Souza²

Rebeca Sulamita Brasil de Lima³

Resumo: Este artigo propõe contribuir com o incentivo à produção de pesquisas científicas críticas na área das humanidades. Diante de pesquisa bibliográfica, tomando como referência a obra de Florestan Fernandes, buscamos compreender a pesquisa científica inserida nas ciências humanas e sociais, analisando desafios e tensões que perpassam este tema, identificando como a universidade e a conjuntura interferem no processo de criação do conhecimento. Nosso objetivo foi contribuir com o incentivo à pesquisa crítica que investiga a essência dos fenômenos sociais, no sentido de decifrar porque a pesquisa nas ciências humanas e sociais é desprestigiada no capitalismo dependente. Concluiu-se ser necessária a continuidade da luta em favor da pesquisa nas ciências humanas e sociais, tendo em vista seu potencial qualitativo na direção da transformação social e do padrão dependente educacional brasileiro.

¹ Doutora em Serviço Social. Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB.

E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5846557204227874>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

² Graduada em Serviço Social. Universidade de Brasília.

E-mail: fernandaherminiounb@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9611739584693133>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8368-4716>

³ Graduada em Serviço Social. Universidade de Brasília.

E-mail: rebecasulamita.lima@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4223446955429676>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7164-9929>

Palavras-Chave: Humanidades. Universidade. Pesquisa Científica.

RELEVANCE OF SCIENTIFIC RESEARCH IN HUMAN AND SOCIAL SCIENCES IN DEPENDENT CAPITALISM

Abstract: This article proposes to contribute to encouraging the production of critical scientific research in the humanities. In the light of bibliographical research, taking the bibliography of Florestan Fernandes as reference, we seek to understand scientific research within the human and social sciences, analyzing challenges and tensions that permeate this theme, identifying how the university and the situation interfere in the creation process of knowledge. Our objective was to contribute to the encouragement of critical research that investigates the essence of social phenomena, in order to decipher why research in the human and social sciences is discredited in dependent capitalism. In conclusion, it is necessary to continue the struggle in favor of research in the human and social sciences, in view of its qualitative potential in the direction of social transformation and the dependent pattern of education in Brazil.

Key Words: Humanities. University. Scientific Research.

1 Introduzindo o debate: a relevância da pesquisa na educação superior

Este artigo busca contribuir com o incentivo à pesquisa científica que investiga a essência dos fenômenos sociais, sendo este seu objetivo geral e tomando como referência o método histórico crítico dialético⁴ e os fundamentos sobre o desenvolvimento capitalista no

⁴ De acordo com Netto (2011, p. 21), para Marx, a teoria é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria o sujeito reproduz, em seu pensamento, a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. Portanto, nosso processo de investigação passa por reconhecer o objeto e, a partir dele, traçar o objetivo, indo para além da sua imediatez, buscando compreender

Brasil. Dessa forma, aqui particulariza-se a pesquisa nas ciências humanas e sociais⁵, tendo por objetivos específicos: a) entender como a sociedade capitalista dependente influencia a pesquisa científica das ciências humanas e sociais; b) compreender o papel da universidade na produção do conhecimento e da pesquisa científica; e c) apreender sobre a importância da pesquisa social.

Destaca-se que a hipótese deste trabalho é que a pesquisa social, na área das ciências humanas e sociais, é desvalorizada no sistema capitalista. Assim, busca-se compreender a seguinte questão problema: Por que a pesquisa científica na área das ciências humanas e sociais é *desprestigiada ou mesmo depreciada*? Sem a pretensão de esgotar a complexidade do tema em tão poucas linhas, realizaremos reflexões que articulam totalidade, particularidade e singularidade sobre a pesquisa nas humanidades no capitalismo dependente⁶.

Uma das discussões colocadas em pauta é a importância da universidade, entendendo que nela se realizam diversos tipos de ciência de forma profunda e intensa, ou seja, é o local propício que

a totalidade e suas complexidades por meio de aproximações sucessivas que nos conduzam a tendências e resultados históricos e provisórios.

⁵ É digno de nota informar que este texto se constitui como resultado de reflexões coletivas realizadas ao longo do período 2020/2021 no grupo de estudos da linha de pesquisa “Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente”, vinculada ao Grupo de Pesquisas Político-Sociais (POLITIZA) da UnB.

⁶ Os países dependentes assumem uma *função determinada e integrada à lógica do capital* que potencializa as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo. Como eixo central sobre o debate de dependência, Fernandes (1972) destaca que o debate sobre heteronomia está em oposição dialética à noção de autonomia, sendo a primeira definida pela incapacidade (total ou parcial) de decisão, direção e gestão do processo de produção e de reprodução geral do capital nos países, determinando, no caso dos países como o Brasil, sua *condição heterônoma ou dependente* em relação ao desenvolvimento capitalista.

estimula a produção de conhecimento e produz debates que multiplicam o interesse na pesquisa, de maneira plural, diversa e democrática, em especial nas áreas das humanidades. Portanto, um ponto de partida relevante é que a instituição universitária pode ser considerada como espaço plural de contribuição para a luta e resistência diante da produção do conhecimento qualificado e crítico.

Discutiremos a relação entre a ordem social e a investigação científica, uma vez que valores e concepções da sociabilidade capitalista estão presentes em todos os âmbitos da vida dos sujeitos sociais e a investigação científica faz parte de uma dessas áreas. Isto porque a estrutura capitalista reproduz sua própria ideologia na sociedade através da superestrutura e esta reproduz a lógica capitalista, seja através do conhecimento, da educação, da ideologia ou da religião. Ao mesmo tempo e contraditoriamente as pesquisas possuem a capacidade de questionar a realidade e encontrar formas de decifrá-la para transformá-la.

Outro aspecto, como parte dinâmica da sociedade capitalista, especialmente no capitalismo dependente, é o imediatismo exigido para as investigações científicas, como se a produção de ciência fosse equalizada com a produção fabril/mercantil, o que exige que esse conhecimento seja produzido em menor tempo e com resultados eficientes, desconsiderando o “tempo de produzir ciência”. Deste modo, cabe ressaltar que Duarte (2018) demonstra em seu estudo como a educação superior tem se pautado por uma lógica empresarial, a partir de processos que valorizam mais a quantidade produzida pelos docentes e pesquisadores (a lógica produtivista) do que a qualidade (a produção científica como compartilhamento de descobertas científicas que podem atender a

demandas coletivas), já que esta última exige tempo, dedicação e compromisso social e político.

O ano de 2020 promoveu importantes reflexões sobre a importância da ciência, uma vez que diversos países participaram da corrida pela vacina contra a Covid-19, diante do contexto de expansão e agravamento da doença no mundo, com grande quantidade de infectados e de vidas perdidas. Todavia, é também relevante destacar que a pesquisa é um processo longo e necessita de esforço, tempo, reflexão e construção coletiva, o que exige paciência, muito estudo, planejamento e recursos. Como já destacava Fernandes (1989, p. 233), “A educação quando não é esmagada pela ignorância, é esmagada pela escassez de recursos. Essa é a realidade”. Diante disso, podemos aprofundar este debate a partir da Contrarreforma do Estado brasileiro, ao observar que:

Sob o fetiche da educação como prestação de serviço e não como direito, com a introdução do termo “público não estatal”, são instituídas contrarreformas na direção de um movimento expansivo de continuidades e novidades, apresentando como eixo condutor de continuidade a privatização/mercantilização e como novidade a ênfase nas parcerias público/privado, o crescimento exponencial do ensino à distância e tecnológico (DUARTE, 2018, p. 120).

Desta forma, o presente artigo foi desenvolvido ressaltando como estrutura e conjuntura são determinantes, pois podem ou não fornecer condições objetivas para a efetivação da pesquisa com relevância social. Segundo Fernandes (2020), nos primórdios do ensino superior no Brasil (nas escolas superiores), especialmente até os anos 1960, a pesquisa era vista de modo meramente formal e quantitativo, pois eram frágeis as condições para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Contudo, ressaltamos os avanços obtidos, principalmente com a formalização das universidades na década de 1960, bem como com

a Constituição de 1988 com o artigo 207 sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras, favorecendo a existência de disciplinas de pesquisa e metodologia na grade curricular, o estímulo com programas de iniciação científica e projetos de extensão na graduação, ampliação da pós-graduação no Brasil etc.

Diante do exposto, para discutir qualquer assunto relacionado à educação, é necessário contextualizar sobre a democracia no país. Por isso discutiremos a autocracia burguesa e seu impacto sobre a educação, a partir da perspectiva de que os valores democráticos de “educação de qualidade para todos” não são vistos como prioridade em países de capitalismo dependente, com decorrente padrão dependente educacional, nos termos florestanianos.

Segundo Heckert (2005), a perspectiva de democratização do ensino para Florestan Fernandes não está aquém da transformação da ordem social. Na verdade, são interdependentes, uma vez que, ao mesmo tempo, a educação é essencial para a alteração da realidade social e a efetiva possibilidade de uma educação emancipatória está atrelada à alteração real da sociabilidade em vigor.

2 Ciências Humanas e Sociais e a pesquisa na área das humanidades no Brasil de capitalismo dependente: diversidade, desafios, desprestígio, perspectivas

As ciências humanas e sociais têm um papel importante no conjunto de conhecimentos alcançados pela humanidade, já que

⁷ “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, *on line*).

apresentam áreas diversas e complementares que estudam a relação do homem com a sociedade, os fenômenos sociais nos períodos históricos, as contradições presentes e pretéritas, além dos elementos estruturais e dinâmicos da organização da vida em sociedade.

Os sociólogos explicam a crise das humanidades, especialmente a partir do fim das experiências socialistas e da polarização durante a Guerra Fria. A realidade é que o sistema capitalista não deixou de existir após a queda do muro de Berlim em 1989 e o desejo de um sistema alternativo não deixou de ser objeto de estudo, especialmente nas ciências humanas e sociais. De fato, as experiências socialistas foram muito importantes e o seu declínio causou um impacto para distintos estudiosos, os quais não perderam um dos seus alvos principais de estudo: o modo de produção capitalista e suas contradições sociais. Nesse sentido, a compreensão dos determinantes de cada objeto (de estudo) perpassa pela investigação científica, pelo conhecimento da realidade e, necessariamente, pela pesquisa, a partir dos seus processos de investigação e exposição⁸.

Portanto, o papel da universidade é essencial, pois é nesse contexto que a pesquisa se forma de maneira mais intensa e profunda, visto que uma das suas funções (da universidade) é formar cidadãos críticos. Cabe destacar que a luta nos anos 1960/1970 dos movimentos sociais (estudantil, docente etc.), no qual o sociólogo Florestan Fernandes se incluía, era por uma universidade multifuncional:

⁸ Para Marx (NETTO, 2011), há distinção entre o processo de investigação e exposição na pesquisa: na investigação o sujeito pesquisador busca apreender a essência do objeto de estudo, em sua estrutura e dinâmica, aprendendo-o enquanto processo, por isso deve partir de perguntas e questões; na exposição ou sistematização, o pesquisador parte dos resultados (sempre provisórios e históricos) obtidos na investigação.

[...] a concepção multifuncional da universidade, surge, a um tempo, como símbolo de maturidade intelectual nos marcos da civilização vigente, como resposta à democratização das oportunidades educacionais e das formas de saber, e como condição e efeito de complexos processos nacionais de *autonomização cultural*. Ela representa, um bem a conquista de um novo patamar, pelo qual as nações emergentes se projetam (ou tentam projetar-se) na luta pelas condições institucionais de produção do saber científico e tecnológico (FERNANDES, 2020, p. 361, grifos nossos).

Por conseguinte, é de extrema importância ressaltar o papel da universidade no processo de ampliação da pesquisa e da produção do conhecimento. Como exemplifica Fernandes (2020), a universidade contribui para a coletividade realizando a transferência e a absorção de conhecimentos, podendo assumir maturidade intelectual ao ponto de concretizar um processo de democratização da educação, o que nas nações emergentes representa um novo estágio na luta pela autonomia na produção do conhecimento.

A universidade deve ser estrutural para a educação e a civilização humana e, por isso, Fernandes (2020) aponta que ela precisa ter condições de abarcar quatro missões essenciais: 1) a missão cultural associada à ciência e tecnologia, as quais condicionam o estilo de vida em uma sociedade; 2) a missão investigadora; 3) a contribuição criadora que emerge da investigação científica; e 4) a missão social, de relevância para o enfrentamento dos desafios (im)postos pela sociedade. Deste modo, a universidade pode proporcionar suporte material, intelectual e de desenvolvimento para a produção criadora, operando como um elo entre as demais instituições e a sociedade.

No capitalismo contemporâneo o conhecimento científico, de acordo com Lima e Horta (2008), é mercantilizado e apropriado pelo capital. As pesquisas são utilizadas pelas indústrias e nações

para potencializar o desenvolvimento desigual, a partir, quase que exclusivamente, dos interesses das classes dominantes. As autoras apresentam uma análise dos fatores que mantêm a ciência como parte inerente ao capitalismo, destacando que a concorrência do próprio sistema se realiza na universidade e no trabalho como um todo, e que a tecnologia desenvolvida pela ciência legitima a manutenção do capitalismo.

Entretanto, há uma contradição presente: ao mesmo tempo em que a investigação científica, em especial na área das humanidades, se torna mercadoria⁹ para o capital, esta também tem a capacidade de questionar a ordem social, o *status quo* e o cotidiano dos sujeitos e das classes sociais. Por isso, Lima e Horta (2008) concluem que as ciências humanas e sociais são áreas que podem resgatar, na universidade: os princípios humanos essenciais da investigação científica, a valorização da vida, a defesa dos direitos e a perspectiva de igualdade, uma vez que tais valores são diluídos nas outras áreas do conhecimento¹⁰.

Duarte (2018), em pesquisa realizada sobre o trabalho docente e o Serviço Social, apresenta questões que abrangem as diferentes áreas do conhecimento e que incidem sobre o debate da produção do conhecimento nas áreas das humanidades. Um dos aspectos analisados é a necessária distinção entre produção intelectual e produtivismo acadêmico. Neste sentido,

⁹ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (MARX, 1985, p. 45).

¹⁰ É evidente que aqui é necessário considerar os interesses e disputas de classes presentes na produção e socialização do conhecimento nas suas mais diversas áreas.

[...] o produtivismo acadêmico pode confundir o/a docente, já que possibilita o melhoramento de seus currículos, com desdobramentos para vantagens como a aprovação de projetos financiados, bolsa produtividade, garantia de trabalho, melhores condições de produção, etc. No entanto, tais questões poderiam ser plenamente sobrepostas ao mundo empresarial, pautadas pela competitividade e pelo individualismo (DUARTE, 2018, p. 130).

Na verdade, a crítica ao produtivismo acadêmico possibilita “inferir que ser produtivo não significa necessariamente expressar intelectualidade ou produção de conhecimento qualificado” (DUARTE, 2018, p. 130), pois muitos pesquisam visando apenas a quantidade de publicações, sem se preocupar com a qualidade destas ou mesmo seu vínculo com a relevância social e seu poder de transformação da realidade. Esse processo gera um trabalho docente (que se espalha para o contexto discente) muito mais intensificado e com foco nos critérios de produtividade quantificada, em detrimento da qualidade, da relevância social e da socialização do conhecimento produzido nas diversas áreas de produção do conhecimento (DUARTE, 2018).

O fundamental, de fato, é reconhecer a pesquisa como meio de abordar e intervir nas diversas determinações sociais a partir das diferentes áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas e sociais, com a formação inicial de pesquisadores por meio da iniciação científica, estimulada também pelos projetos de extensão universitária, e nos cursos *stricto sensu* de pós-graduação (mestrados e doutorados). Assim, “Há que se considerar a relevância da produção demandada e necessária à produção do conhecimento, inclusive como uma das estratégias de resistência individual e coletiva” (DUARTE, 2018, p. 129), nas diferentes áreas de produção do conhecimento, diante dos desafios (im)postos pela atualidade.

Existem avanços no campo da produção do conhecimento. Todavia, ainda persistem dificuldades estruturais, dentre elas, a ausência de recursos de peso e as condições objetivas de permanência para que estudantes e docentes pesquisadores possam se dedicar à produção do conhecimento de forma qualificada. A rotina da tríade ensino, pesquisa e extensão na universidade demanda tempo, muito estudo e dedicação, exigindo investimento, direção e estratégias políticas que valorizem o labor docente e que favoreçam condições objetivas de trabalho, dedicação e permanência estudantil (graduação e pós-graduação) e profissional nas universidades brasileiras (formação de novos pesquisadores, manutenção institucional de pesquisadores altamente qualificados etc.)¹¹.

Diante das dificuldades, um dos aspectos relevantes é o discurso contraditório de que a pesquisa na área das ciências humanas e sociais não possui resultados imediatos/diretos para a sociedade. Este argumento demonstra desconhecimento das especificidades da área, a desvaloriza e repercute no seu investimento pelo setor público, especialmente em contextos neoconservadores¹². A lógica das

¹¹ A antropóloga, reconhecida por pesquisas sobre a China e a ascensão do presidente de extrema-direita Bolsonaro, Rosana Pinheiro Machado (foi docente da Universidade Federal de Santa Maria), com dificuldade para seguir a carreira acadêmica como professora, pesquisadora e doutora em Antropologia Social, no Brasil, decidiu migrar para o Reino Unido e lecionar na Universidade de Bath. “Ao se tornar praticamente ‘inimigos da nação’, nas palavras dela, os profissionais das ciências humanas passaram a ser perseguidos no país. Ela mesma enfrentou desde denúncia no Ministério Público Federal até xingamentos misóginos *online* e tentativas de boicote às suas aulas. [...] em 2019, Rosana acabou se tornando mais um dos ‘cérebros’ que deixaram o Brasil em busca de melhores oportunidades profissionais.” (FERNANDES, 2021, *on line*).

¹² No Brasil, observa-se um cenário de retrocessos com intensos ajustes fiscais a partir dos anos 1990, com continuidade nos governos petistas e aprofundamento

ciências humanas e sociais é distinta das ciências naturais e da saúde, têm processos e tempos diferentes, resultantes de particularidades e singularidades que exigem dinâmicas diversas, mas que necessitam de investimentos, sem interrupções, para que possam se desenvolver e, sobretudo, subsidiar outras pesquisas no conjunto da produção do conhecimento e do desenvolvimento da ciência no país.

A falta de compreensão sobre a importância das ciências humanas e sociais muitas vezes dá-se pela carência de compreensão da sua teoria e sua relação com a prática¹³, o que também implica dificuldade de articulação entre os múltiplos aspectos da realidade. Portanto, é essencial reconhecer a relevância de estudos sobre desigualdade social, pobreza, políticas sociais, educação, gênero, raça etc., bem como sua articulação e implicação na vida dos sujeitos individuais e coletivos, o que é alcançado especialmente por meio dos estudos realizados nas áreas das ciências humanas e sociais.

A fragmentação da análise da realidade, as dificuldades de articulação entre os conhecimentos diversos, os limitados investimentos em pesquisas no país, somados ao histórico desprestígio da

com o golpe de 2016 que tornou Michel Temer (PMDB) presidente, com evidente perspectiva de flexibilização dos direitos trabalhistas, congelamento dos gastos públicos em saúde e educação (com a EC 95), pagamento da dívida pública em detrimento do investimento em políticas sociais (como a educação) e expansão do ensino privado superior. Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018 (PSL) as mazelas dos anos anteriores se aprofundaram ainda mais e temos um governo não-laico, negacionista, neoconservador e com defesa explícita da propriedade privada (LIMA, 2019).

¹³ Esta relação se torna importante, pois, ao entendê-la compreende-se também o porquê da pesquisa: é entendendo a unidade entre a teoria e prática que se entende a função da pesquisa social, principalmente quando se compreende que a partir da teoria é possível explicar, estimulando a “prática” a favor da sociedade para uma possível alteração/transformação da mesma (LIMA, 2019).

pesquisa nas áreas das humanidades, constituem como imensos desafios a serem enfrentados. Neste sentido, contribuem com o debate os autores Silva e Silva (2015, p. 240), indicando que

cumprir destacar a fragmentação das Ciências Sociais como expressão da ciência burguesa, uma vez que o conhecimento moderno está organizado em especializações que justificam posições e procedimentos conservadores. Agrega-se a esse fato o crescimento das ciências naturais e a generalização de seus métodos, cujas pesquisas potencializam o desenvolvimento industrial, tecnológico e as ramificações do desenvolvimento do capital. Isto se adensa no atual contexto sócio-histórico marcado pela barbárie neoliberal, sua reorganização produtiva e precarização contínua, com perversos reflexos na vida social em geral e, em particular, no mundo do trabalho.

Há um notório desprestígio geral da ciência e pesquisa no Brasil, com destaque para a área das humanidades, pois, quando há reconhecimento da pesquisa, isso ocorre no campo das ciências que estimulam a produção direta das condições objetivas para a reprodução do capital, em detrimento das pesquisas que desvelam os aspectos sociais e suas contradições na realidade. A pesquisa é um instrumento para produzir e compartilhar o conhecimento, estimular o questionamento da realidade, promover maior consciência sobre os fenômenos e contradições sociais, no sentido de propor alternativas e soluções que atendam a interesses coletivos.

De acordo com Fernandes (1975), os pesquisadores sociais que vivem no capitalismo dependente têm a possibilidade de investigar com profundidade as contradições da realidade que vivem, partindo do conhecimento empírico. Dessa forma, existe uma “dupla qualidade de cientista responsável e de cidadão participante” (FERNANDES, 1975. p. 20). Não é possível separar o cientista do cidadão e nem do professor. O autor explica que é necessário que

o professor tenha o pensamento crítico e exerça seu papel de cidadão para que não seja uma mera ferramenta das classes dominantes (FERNANDES, 1989).

Assim, é fundamental compreender que tipo de democracia vivemos para entender qual é a direção do Estado em relação à educação pública, às universidades e ao investimento na pesquisa e na produção de conhecimento autônomo. Historicamente se estabeleceu no país uma autocracia burguesa¹⁴, marcada pela dominação burguesa em relação ao Estado “democrático”, que não compactua com direitos sociais mínimos para a classe trabalhadora, ainda que nos limites da própria sociedade burguesa. É digno de nota destacar que na América Latina não tivemos Revolução Burguesa clássica¹⁵, segundo Fernandes (1976), pois a burguesia buscou o desenvolvimento dentro da ordem no intuito de manter seus privilégios de classe, a economia agroexportadora e o desenvolvimento desigual e combinado¹⁶ em relação aos países hegemônicos. O

¹⁴ Em Fernandes (1976), a compreensão de autocracia burguesa está vinculada ao poder ilimitado de uma classe (burguesia) em relação a outra (trabalhadores), estabelecido no capitalismo dependente, sob o apoio do Estado burguês, no qual “sequer a democracia de participação ampliada é conduzida pela burguesia brasileira, mas tão somente a esvaziada *democracia restrita* ofertada apenas aos considerados ‘mais iguais’, isto é, às classes dominantes” (LIMA; SOARES, 2020, p. 48, grifos nossos).

¹⁵ “No capitalismo dependente, ao mesmo tempo em que a burguesia nascente conduz a revolução burguesa, ela foi incapaz de romper com a condição colonial permanente forjada desde o Brasil colônia” (LIMA; SOARES, 2020, p. 43), uma vez que a configuração da sociedade de classes no país ocorreu sem a constituição de uma burguesia com perfil revolucionário (FERNANDES, 1976). Portanto, no Brasil, as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial não foram alteradas com o objetivo de responder às necessidades das elites nativas e do mercado mundial, em razão da função que a economia nacional assumia no mundo capitalista.

¹⁶ Conforme Lima e Soares (2020), Florestan Fernandes em diálogo com Trotsky

ápice da reorganização da autocracia burguesa no Brasil foi o contexto do controle direto do Estado no período do golpe civil militar de 1964, dando início:

[...] a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 1976, p. 217).

Uma das características marcantes e principais da autocracia burguesa é a utilização do autoritarismo, seja através da mão armada do Estado ou de instituições públicas que reproduzem essa relação de dominação, quando em sua atuação não reconhecem os direitos dos sujeitos sociais¹⁷. Nesse sentido, a autocracia burgue-

recupera o debate sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo, a fim de examinar a relação entre “arcaização do moderno e modernização do arcaico” (FERNANDES, 1975, p. 61), “exigindo a fusão do moderno com o antigo na produção, no mercado e na organização das classes nas sociedades dependentes” (DUARTE, 2020, p. 79). É esta dinâmica que engendra uma mentalidade burguesa construída a partir das estruturas arcaicas da mentalidade do senhor rural.

¹⁷ O golpe civil-militar de 1964 foi um exemplo de resposta da burguesia contra qualquer tentativa de alteração da ordem social com censura, violência, privatização, aliada a uma perspectiva técnica e filantrópica das políticas sociais. Características estruturais e dinâmicas no país que tem continuidade na atualidade, diante do projeto de governo do Presidente Jair Bolsonaro, que alarga a violência e a “busca de silenciamento da crítica com a captura da subjetividade dos trabalhadores, tentando realizar, assim, o apassivamento das suas lutas” (LIMA, 2019, p. 27).

sa é a forma estratégica de utilizar o poder estatal, manter o capitalismo dependente e a dominação sobre os trabalhadores, perpetuando a desigualdade social interna e externa, particularmente em solo brasileiro.

As classes excluídas do cálculo burguês de dominação do Estado não possuem o espaço político, social, cultural e educacional necessário para seu real desenvolvimento. A burguesia local e dependente, aliada das hegemonias externas, não consideram essenciais os valores de liberdade para todos, porque se constituem como burguesias ultraconservadoras e reacionárias locais (LIMA, 2019).

O regime de classes assume, como conexão histórico social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar: adaptar-se, em termos funcionais, a iniquidades econômicas *insanáveis*, a tensões políticas *crônicas* e a conflitos sociais *insolúveis*, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, 1972, p. 69, grifos nossos).

Assim, “os elementos estruturantes do capitalismo dependente também mobilizam um padrão dependente educacional, já que as instituições educacionais são expressões da sociedade de classes em que se inserem” (DUARTE, 2020, p. 81), pois a educação também é constituída a partir de um processo de heteronomia cultural/dependência que só reproduz desigualdades. Por isso, para uma “sociedade que não viveu a revolução burguesa clássica, a concepção burguesa de revolução educacional significa um conjunto de avanços relativos que podem ameaçar a concentração de renda, prestígio social e poder” (LIMA, 2019, p. 13). Portanto, o desenvolvimento sociocultural, tecnológico e científico também fica à mercê dos interesses de classe da burguesia local/internacional, bem como da

inserção periférica brasileira e hierarquizada na divisão internacional e sociotécnica do trabalho. Isto determina, de modo distinto, os significados e as funções sociais que a produção do conhecimento e a pesquisa desempenham nos países dependentes e nos países hegemônicos, acarretando graves consequências, em solo brasileiro, para o desenvolvimento educacional em geral, a produção do conhecimento e o estímulo à pesquisa científica, em todas as áreas do conhecimento, em especial na área das humanidades¹⁸.

Em tempos mais reacionários, as áreas de humanidades se tornam contraditoriamente mais necessárias e também mais atacadas. Cortes de verbas, desvalorização, perseguição de ordem político ideológica fazem parte do cotidiano da produção do conhecimento nos países de capitalismo dependente como o Brasil. Em matéria publicada por Fernandes (2021), a antropóloga Rosana Machado, destaca que é preciso investir em ciência no país:

A gente precisa de investimento e de valorização e precisa de um governo que não veja a ciência pelo senso comum, que veja a ciência pelo olhar dos cientistas. [...] Porque é muito mais do que investimento que a gente precisa; precisa de apoio e de entender o que é o trabalho do cientista. [...] Toda saída de desenvolvimento vai passar por inovação, tecnologia, inteligência artificial, soluções criativas para o século 21, soluções para um mundo mais sustentável. Não existe desenvolvimento sem ciência (FERNANDES, 2021, *on line*).

¹⁸ Em 2019, lembremos que o governo Bolsonaro afirmou que as universidades públicas são espaços de “balbúrdia, quando foi alegado pelo Ministro da Educação que iria cortar verbas de Universidades que não apresentassem desempenho esperado e estivessem promovendo “balbúrdia e, neste caso, foram logo punidas a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo repasses reduzidos” (AGOSTINI, 2019, *on line*).

Assim, diante da relevância do conhecimento produzido nas áreas das ciências humanas e sociais, Marcovich (2002, p. 02, grifos nossos) destaca:

[...] (o Estado) não pode encolher-se a ponto de não abrigar estudiosos que são fundamentais no equacionamento de políticas públicas. Se esta elite intelectual (na área das humanidades), permanentemente debruçada sobre os problemas sociais, não decifrar o seu enigma, *quem o fará?* Não será certamente a tecnoburocracia com a sua visão nublada pelo viés político-partidário. Tampouco a mídia, com a sua abordagem imediatista, centrada no quadro aparente, sem buscar causas, raízes e fatores somente percebidos pelos que fazem desta problemática um objeto permanente de estudos.

Diante das limitações deste texto e das breves reflexões aqui contidas, ressaltamos que, na atualidade, as áreas das humanidades estão mais expostas a diversas tensões e disputas no campo da produção do conhecimento e do estímulo à pesquisa. Isto contribui para que as ciências humanas e sociais sejam, algumas vezes, depreciadas e desprestigiadas diante de uma sociedade marcada por um desenvolvimento capitalista dependente, em que a classe dominante reacionária e conservadora prioriza a manutenção da sua renda, prestígio e poder (FERNANDES, 1972) em detrimento da produção do conhecimento autônomo, diverso, qualificado e criativo.

Considerações finais: longe de esgotar o debate

Ainda que diante dos limites do artigo, foi possível indicar que não só existe uma desvalorização das ciências humanas e sociais, mas também alguns desafios que explicam o porquê isto ocorre na sociedade capitalista. Na verdade, estas ciências sofrem diversos ataques no que tange às condições objetivas para a produção do co-

nhecimento, precisando se localizar a partir de constante resistência para produzir, mesmo com recursos escassos, contribuir com lutas sociais e defender a pesquisa como essencial para entender e responder à sociedade e a suas desigualdades. Cabe salientar que as ciências se complementam e precisam ser pensadas dentro de uma totalidade, não havendo necessidade de hierarquia ou supervalorização de qualquer área do conhecimento.

A investigação científica precisa ser estimulada e intensificada na universidade e financiada pelo Estado para que se estimulem produções públicas, criativas, inovadoras e necessárias para a sociedade brasileira. A universidade tem um papel social importante e precisa continuar a ser o *locus* da produção de conhecimento qualificado, plural e coletivo.

Vivemos em uma sociedade de capitalismo dependente que redefine dilemas e desafios, ao sabor dos interesses dominantes e de uma classe trabalhadora extremamente explorada e fragilizada, em que se renovam as condições de dependência que também se perpetuam na educação superior brasileira, marcada por um “projeto não autônomo de ciência, tecnologia, produção e socialização do conhecimento” (DUARTE, 2020, p. 77) e que se espraia e compromete a realização da pesquisa, em particular nas humanidades. É necessário e urgente que o desenvolvimento e a produção do conhecimento autônomos sejam tomados como prioridades no Brasil. O capitalismo dependente “jamais poderia engendrar, por si mesmo, o tipo de universidade suscetível de romper com a situação de dependência e de superar o subdesenvolvimento” (FERNANDES, 2020, p. 183), pois sua superação, de fato, vincula-se à luta *pela democratização da universidade e da sociedade*.

Portanto, o papel da universidade brasileira é estratégico, pois esta é fundamental no processo de luta e resistência das ciências humanas e sociais, bem como para a livre produção do conhecimento coletivo e para a articulação dos saberes. Como expõe Fernandes (2020), e, devido a isso, ela tem um dever social de promover o ensino, a extensão, a pesquisa em condições democráticas de qualidade. Isto significa dizer que a universidade produz e socializa conhecimentos da humanidade e tem potencial inventivo e criativo para negar e superar os laços visíveis ou invisíveis da dependência sociocultural do Brasil.

Como estratégia política e sociocultural, é necessário e urgente permanecer lutando pelo estímulo à produção do conhecimento e à realização de pesquisa nas diversas áreas, particularmente nas ciências humanas e sociais, enaltecendo sua importância e seu potencial elevado na direção de uma sociedade pautada por valores humano-genéricos.

Referências

AGOSTINI, Renata. *MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA*. In: **Estadão**. Portal do Estado de São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 11/04/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia (org.).

Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Pós-graduação e Trabalho Docente do Assistente Social: Desafios nas Universidades Federais. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira:** Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão popular, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, Talita. Pesquisadores de ciências humanas se tornaram ‘inimigos da nação’ no Brasil, diz antropóloga. In: **Global Voice – Américas**. 08 de jun./2021. Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2021/06/08/pesquisadores-de-ciencias-humanas-se-tornaram-inimigos-da-nacao-no-brasil-diz-antropologa/>> Acesso em: 11/06/2021.

HECKERT, Ana Lúcia C. Florestan Fernandes e a década de 1980. In: FÁVERO, Osmar (org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, São Paulo: Autores Associados. Niterói/RJ: EDUFF, 2005.

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. In: **Universidade e Sociedade**. Especial América Latina. São Paulo: ANDES/SN, 2019.

LIMA, Kátia; SOARES, Marcela. Capitalismo Dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo Dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 41-59.

LIMA, Leonice; HORTA, Rita. As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã. In: **Open Edition Journals**. Coimbra, nº 2/2008, p. 1-13, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1241>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MARCOVITCH, Jacques. Os desafios da área de Humanidades no Brasil e no mundo. In: **SciELO Brasil**. São Paulo, vol.16 n.46, p. 1-7, set./dez, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103=40142002000300017-&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I - **Volume I**. 2ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SILVA, Maria Izabel Da. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. In: **Textos & Contextos**. v. 14, n. 2, p. 238 - 252, ago./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/K50kt2678M6722c-v3Mf4.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2021